

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 3



 **Atena**
Editora
Ano 2023

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 3



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Biológicas e da Saúde

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Camila Pereira – Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
 Profª Drª Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
 Prof. Dr. Davi Oliveira Bizerril – Universidade de Fortaleza
 Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
 Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
 Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
 Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
 Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
 Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
 Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Guillermo Alberto López – Instituto Federal da Bahia
 Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
 Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDP
 Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Kelly Lopes de Araujo Appel – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
 Profª Drª Larissa Maranhão Dias – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Luciana Martins Zuliani – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Max da Silva Ferreira – Universidade do Grande Rio
 Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
 Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Taísa Ceratti Treptow – Universidade Federal de Santa Maria
 Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
 Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Saúde: impasses e desafios enfrentados no Brasil 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S255	Saúde: impasses e desafios enfrentados no Brasil 3 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1055-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.553232302 1. Saúde. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título. CDD 613
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea *Saúde: Impasses e desafios enfrentados no Brasil 3* é composta por 13 (treze) capítulos produtos de pesquisa, revisões narrativa, integrativa e sistemática, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo apresenta as vivências de territorialização em saúde desenvolvida por profissionais Residentes de um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do Distrito Federal. O segundo capítulo, decorrente de revisão integrativa, discute o Transtorno Depressivo Maior, sua prevalência no Brasil e os fatores associados.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da *frequência de violência psicológica em adultos e sua associação com as características da vítima, do agressor e da ocorrência*. O quarto capítulo, por sua vez, apresenta os resultados da pesquisa a partir da *análise das diversas formas de sofrimento enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil*.

O quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo acerca da influência do gênero nas ocorrências envolvendo adolescentes pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU durante o ano de 1995. O sexto capítulo, discute as repercussões do consumo abusivo de substâncias psicoativas entre adolescentes.

O sétimo capítulo apresenta análise acerca da *implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), enquanto uma tecnologia leve para enfrentamento do Racismo Institucional na saúde*. O oitavo capítulo, por sua vez, discute os riscos de segurança do paciente em assistência domiciliar na modalidade *home care*.

O nono capítulo apresenta os resultados da pesquisa *acerca da temática das percepções sociais do processo de morte e morrer em pacientes oncológicos*. O décimo capítulo, apresenta os resultados de revisão sistemática acerca da *melhor estratégia terapêutica na dor aguda pós-colecistectomia videolaparoscópica, dentre as técnicas disponíveis*.

O décimo primeiro capítulo, discute os benefícios da implementação de nutrientes na dieta que podem *auxiliar na prevenção e tratamento de diversas doenças neurológicas, especialmente na doença de Alzheimer*. O décimo segundo capítulo, por sua vez, analisa *os riscos ergonômicos presentes na atividade de manicure e pedicure e as implicações na saúde destes profissionais*.

E finalmente o décimo terceiro capítulo, discute as diretrizes da gestão de riscos e Ergonomia, suas interfaces e caminhos possíveis nesse contexto.

CAPÍTULO 1	1
TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES EM SAÚDE MENTAL	
Maxsuel Oliveira de Souza	
Ana Heloísa de Souza Marques	
Stephany Cecília Rocha Damasceno	
Laura Sousa Oliveira Costa Bezerra	
Késia Elisamar Lima de Farias	
Cássia de Andrade Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323021	
CAPÍTULO 2	21
TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR PREVALÊNCIA NO BRASIL E FATORES ASSOCIADOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Ana Carla Gonçalves Lima	
Elane Cohen Vieira da Silva	
Danielle Silva da Silva	
Marcella Kelly Costa de Almeida	
Kemper Nunes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323022	
CAPÍTULO 3	32
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA POPULAÇÃO ADULTA: UMA ANÁLISE DOS CASOS NO ESPÍRITO SANTO, BRASIL	
Karina Fardin Fiorotti	
Franciele Marabotti Costa Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323023	
CAPÍTULO 4	45
OS IMPACTOS DO SOFRIMENTO NA SAÚDE MENTAL DA MULHER NEGRA	
Elisangela Maximiano	
Lucas Bitencourt	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323024	
CAPÍTULO 5	59
INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS OCORRÊNCIAS DE ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO SAMU NO ANO DE 2015	
Gisele Nascimento Loureiro	
Isadora dos Reis Martins	
Caio Duarte Neto	
Luciana Carrupt Machado Sogame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323025	
CAPÍTULO 6	70
REPERCUSSÕES DO USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA	

ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM REFLEXIVA

Aclênia Maria Nascimento Ribeiro
 Luciana Stanford Balduino
 Anna Karolina Lages de Araújo
 Eliana Patrícia Pereira dos Santos
 Pâmela Caroline Guimarães Gonçalves
 Antonia Dyeilly Ramos Torres Rios
 Raul Ricardo Rios Torres
 Nyanne Oliveira Reis
 Melquesedec Pereira de Araújo
 João Araújo dos Martírios Moura Fé
 Talita Farias Brito Cardoso
 Francisco Eduardo Bezerra Mendes
 Julia Gomes de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323026>

CAPÍTULO 777

A COR DO SUS: REFLEXÕES DE ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA (PNSIPN), ENQUANTO UMA TECNOLOGIA EM SAÚDE

Damiana Bernardo de O. Neto
 Claudia Spinola Leal Costa
 Noêmia de Souza Lima
 Maria Mercedes de Oliviera Morán
 Antoni Alegre-Martínez
 María Isabel Martínez-Martínez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323027>

CAPÍTULO 895

RISCOS À SEGURANÇA DO PACIENTE DO SERVIÇO DE HOME CARE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rafael Mondego Fontenele
 Pedro Werbens Garcia de Andrade
 Walkíria Jéssica Araújo Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323028>

CAPÍTULO 9 106

A MORTE E O MORRER EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: A PERCEPÇÃO DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Aline Aparecida da Silva Cunha
 Andressa Cintra Ferreira
 Heloíse Paranaíba Almeida Drummond

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532323029>

CAPÍTULO 10.....113

A MELHOR ESTRATÉGIA TERAPÊUTICA NA DOR AGUDA PÓS

COLESCISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA: REVISÃO SISTEMÁTICA

Leonardo Vaz Barros
 Nathalia de Oliveira Santana
 Mariana Alves Ribeiro
 Leonardo de Campos Castro
 Thales Ramos Pizzolo
 Jorge Soares Lyra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55323230210>

CAPÍTULO 11 121**INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER**

Geovana Vicentini Fazolo da Silva
 Valéria Dornelles Gindri Sinhoro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55323230211>

CAPÍTULO 12..... 137**ERGONOMIA APLICADA À ATIVIDADE DE MANICURE/PEDICURE: AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA A SAÚDE**

Isadora Toledo Herrmann
 Jacinta Sidegum Renner

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55323230212>

CAPÍTULO 13..... 152**GESTÃO DE RISCOS E ERGONOMIA: UMA INTERFACE COMPLEXA ENTRE NORMAS QUE TEM SOLUÇÃO**

Lailah Vasconcelos de Oliveira Vilela
 Gabriela Cristina Cardoso Silva
 Ronaldo Sola da Silva
 Gleiciane Cristina dos Santos
 Rosane Costa da Silva
 Luis Batista Faria
 Ricardo Braga Senra
 Gustavo Simão de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55323230213>

SOBRE A ORGANIZADORA 160**ÍNDICE REMISSIVO 161**

OS IMPACTOS DO SOFRIMENTO NA SAÚDE MENTAL DA MULHER NEGRA

Data de aceite: 01/02/2023

Elisangela Maximiano

Lucas Bitencourt

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA GLOBAL

RESUMO: O presente artigo científico objetivou a análise das diversas formas de sofrimento enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil, abordando, desde seu difícil acesso aos direitos sociais, tais como educação, alimentação, saúde e segurança, até a exposição à violência de gênero. O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico, por meio de leitura de obras e publicações científicas relacionadas ao tema e levantamento de dados estatísticos sobre escolaridade, renda familiar, representatividade política, lesões corporais e feminicídio. O estudo também abordou a interseccionalidade, teoria apresentada por Kimberlé Williams Crenshaw no ano de 1989, de forma a abordar o acúmulo das diferentes dimensões de opressão na vida da mulher negra, e os impactos causados em sua saúde mental, cujo resultado

concreto restou prejudicado devido à pobre bibliografia encontrada sobre esse assunto, concluindo-se que faltam pesquisas e estudos sobre a saúde mental da mulher negra, assim como faltam políticas públicas para sanar a triste realidade por elas enfrentada.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negra; minorias, grupos vulneráveis; interseccionalidade, saúde mental.

ABSTRACT: This scientific article aimed to analyze the different forms of suffering faced by black women in Brazil, approaching, from their difficult access to social rights, such as education, food, health and safety, to exposure to gender violence. The research method used was bibliographic, through reading works and scientific publications related to the topic and collecting statistical data on schooling, family income, political representation, bodily harm and femicide. The study also addressed intersectionality, a theory presented by Kimberlé Williams Crenshaw in 1989, in order to address the accumulation of different dimensions of oppression in the life of black women and the impacts caused on their mental health, whose concrete result was impaired due to the poor bibliography found on this subject,

concluding that there is a lack of research and studies on the mental health of black women, as well as public policies to remedy the sad reality they face.

KEYWORDS: Black woman; minorities, vulnerable groups; intersectionality, mental health.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os seres humanos possuem inúmeras particularidades que os diferenciam uns dos outros, formando grupos distintos, dos quais alguns se destacam por sua dominação perante outros, que por sua vez, constituem minorias ou grupos vulneráveis, já que têm menor acesso a direitos fundamentais e menor capacidade de se protegerem por meios próprios.

Estudos comprovam que dentre as minorias e os grupos vulneráveis, nenhum outro se destaca mais pelo sofrimento quanto as mulheres negras, que sofrem inúmeras mazelas, tais como falta de acesso à educação, saúde, emprego e alimentação, além de serem vítimas de violência de gênero, como lesões corporais, abusos sexuais e feminicídios.

O presente artigo científico objetiva abordar as diversas dimensões de opressão sofridas pelas mulheres negras, por meio de pesquisa bibliográfica e estatísticas sobre escolaridade, violência, saúde e renda, sob a ótica da interseccionalidade, visando analisar como todo esse sofrimento repercute na saúde mental da mulher negra.

A análise das consequências do sofrimento na saúde mental da mulher negra é de suma importância, visto que a saúde é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo obrigação do Estado garantir que as mulheres negras tenham acesso aos direitos fundamentais, de maneira a assegurar a Dignidade da Pessoa Humana, um dos principais fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988).

2 | MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

O que define o ser humano? Para esta indagação não há resposta simples, visto que o ser humano é complexo e dotado de particularidades que levam em consideração diversos aspectos para tentar entendê-lo. Por meio de pesquisas, tais como o Projeto Genoma, cientistas comprovaram a existência de uma raça única¹, ou seja, a raça humana, culminando no entendimento de que o negro, o indígena, o caucasiano ou o mongólico pertencem à mesma raça e tal fato não interfere na sua classificação como ser humano.

Contudo, as pessoas possuem características distintas, como gênero, cultura, cor da pele, orientação sexual, religião, dentre outras, e o que deveria ser útil apenas para tornar cada ser humano singular, por vezes é utilizado para segregar, oprimir e discriminar.

1 KOLBERT, Elizabeth. O QUE É A RAÇA. AO CERTO? NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. Disponível em: < <https://nationalgeographic.pt/ciencia/grandes-reportagens/1793-o-que-e-a-raca-ao-certo>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

Neste sentido, algumas dessas particularidades humanas, físicas ou não, podem colocar certos indivíduos à margem da sociedade, resultando com que não tenham acesso efetivo aos mesmos direitos das pessoas que não possuam tais atributos. Estes indivíduos oprimidos por grupos dominantes compõem Minorias e/ou Grupos Vulneráveis.

As minorias são representadas por indivíduos que, devido a qualidades como religião, cultura, características físicas, orientação sexual ou status econômico, não se enquadram em grupos dominantes, e são exemplos de minorias: negros, ciganos, indígenas, pessoas LGBTQIA+, dentre outros.

Destaca-se que o termo minoria não significa que o número de pessoas que componha determinado grupo seja menor que o grupo dominante, pois, os negros, por exemplo, totalizam uma parcela significativa da população em relação aos brancos. Minoria então, refere-se ao mínimo acesso aos direitos fundamentais por parte desses indivíduos.

São as relações de dominação entre os diferentes subgrupos na sociedade e o que os grupos dominantes determinam como padrão que delineiam o que se entende por minoria em cada lugar. Comportamentos discriminatórios e preconceituosos também costumam afetar os grupos minoritários².

Já os Grupos Vulneráveis são formados por aqueles que, de certa forma, são mais frágeis e precisam de maior proteção, e são exemplos as crianças, as mulheres, pessoas com deficiência e os idosos.

A vulnerabilidade também é compreendida como a qualidade de vulnerável (que é suscetível de ser exposto a danos físicos ou morais devido a sua fragilidade). O conceito pode ser aplicado a uma pessoa ou um grupo social, conforme a sua capacidade de prevenir, de resistir ou de contornar potenciais impactos. As pessoas vulneráveis são aquelas que, por diversas razões, não têm esta capacidade desenvolvida e que, por conseguinte, encontram-se em situação de risco.³

Entende-se, portanto, que por serem mais vulneráveis a ofensas de natureza física ou moral, certas pessoas estão à mercê dos mais fortes e por isso devem ser melhor protegidas. A vulnerabilidade, então, diz respeito a fragilidade e certo grau de delicadeza da vítima, que faz com que seja mais difícil se defender por meios próprios, sendo, assim, necessário apoio legal e do poder público, para assegurar seu amparo.

2.1 Direitos das Minorias e Grupos Vulneráveis

De acordo com o ensinamento de Aristóteles, o tratamento igualitário somente é possível quando os desiguais são tratados na medida de sua desigualdade⁴ e nesse

2 ENRICONI, Loise. O QUE SÃO MINORIAS? Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>. Acesso em 26 de julho de 2022.

3 TAVARES, Tiffany. GRUPO VULNERÁVEL: SAIBA MAIS SOBRE O ASSUNTO. Disponível em <https://al.se.leg.br/grupo-vulneravel-saiba-mais-sobre-o-assunto>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

4 ARISTÓTELES. ETICA A NICÔMACO. 4ª Edição. Editora Universidade de Brasília, 2001, pag. 92 (apud MAÇALAI, Gabriel e STRUCKER, Bianca. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ARISTOTÉLICO E OS SEUS DEBATES ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1258#:~:text=Resumo%3A%20Arist%C3%B3teles%20afirmou%20que%20a,liga%20a%20desigualdade%20a%20certas>.

contexto, para que sejam efetivamente atendidos, as minorias e os grupos vulneráveis precisam de uma maior proteção, a qual encontra respaldo nos direitos humanos na esfera internacional, que ganha a nomenclatura de direitos fundamentais quando internacionalizados pelo Estado.

A existência de uma rede de proteção aos direitos humanos se faz presente tanto no Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), quanto nos sistemas regionais, como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, e é vital para a prevenção de crimes contra a humanidade, como o genocídio, como forma de evitar um novo holocausto, este citado apenas como caso análogo de desrespeito extremo e dominação de um grupo social sobre outro.

O Brasil ratificou e internacionalizou tratados que se comprometem a proteger os direitos mais caros ao ser humano e a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/88), tem como um dos seus fundamentos a Dignidade da Pessoa Humana.

A Dignidade da Pessoa Humana também vigora como princípio e busca nortear os direitos inerentes a todos os indivíduos, tais como direito à vida, segurança, saúde, educação, etc., direitos estes que são essenciais para que a pessoa tenha uma vida digna, sem privações de qualquer natureza, e se uma pessoa não tiver acesso a determinado direito fundamental, não pode-se dizer que vive com dignidade.

Nessa seara, ainda que o direito desrespeitado não seja tangível, pode causar sequelas irreparáveis na alma humana, tal qual a compreensão de que não se é querido ou que sua vida não tem relevância, comum em quem sofre discriminação e opressão constantes, e que em casos mais drásticos pode levar à depressão ou até mesmo ao suicídio.

A construção da autoestima é deveras importante para a saúde mental, no entanto, como é possível ter uma boa imagem de si próprio em meio a bombardeios de ofensas, ainda que disfarçadas de anedotas que fazem rir apenas aos opressores?

Por conseguinte, as oportunidades não se mostram às pessoas de maneira igualitária, ou seja, o acesso aos bens sociais se apresenta de acordo com o status socioeconômico e até mesmo levando-se em conta o gênero ou a cor da pele da pessoa. Logo, há de se dizer que os direitos são os mesmos, mas sua concretização é seletiva.

Os mecanismos de proteção aos direitos fundamentais devem ser exercidos por meio de políticas públicas, que visem garantir a proteção para todas as pessoas, ao menos do mínimo social aceitável para que viva com dignidade.

2.2 Mulheres Negras como Minoria e Grupo e Vulnerável

Fazer parte de uma Minoria ou um Grupo Vulnerável torna o indivíduo alvo de preconceitos e discriminações, mas quando há a união dessas duas características, a sensação de desamparo é maior e a situação torna-se mais preocupante. Se uma mulher sofre discriminação de gênero e uma pessoa negra padece diante do preconceito racial, a

exposição à intolerância é muito maior quando ambas as características se unem.

O racismo é uma herança da escravidão, cuja abolição formal deu-se apenas em 1988, deixando sequelas até hoje não reparadas pela sociedade brasileira. Assim, não é difícil compreender a defasagem educacional do negro em relação ao branco, e suas consequências nefastas.

A história nos mostra que a Lei Aurea não concretizou a liberdade do negro, que continuou em situação de escravidão, já que trabalhava apenas para alimentação e moradia, o que perpetuou por décadas, culminando com que somente as gerações futuras tivessem acesso à alfabetização. De acordo com Maria Lucia Spedo Hilsdorf⁵, há poucas informações sobre as escolas para negros, e a falta de acesso e até mesmo a proibição da educação da população negra se deu como forma de negar a sua emancipação.

Logo, os empregos exercidos pelo negro tinham mais natureza de força bruta do que intelectual, e em consequência, a remuneração era mais baixa, fazendo com que vivesse em precárias condições de moradia, saúde e alimentação.

Se o homem negro possuía poucas oportunidades, o acesso aos direitos sociais da mulher negra apresentava um cenário ainda mais cruel, pois, além do preconceito racial, elas sofriam opressões de gênero e eram proibidas por seus pais ou maridos de frequentarem escolas, e enquanto em pleno Século XX as mulheres brancas lutavam pelo direito à educação superior, as mulheres negras não tinham autorização para se alfabetizarem⁶.

Ao longo dos últimos anos, a mulher vem conquistando seu espaço nos bancos universitários, e em comparação com os homens negros, que iniciaram sua jornada educacional antes das mulheres, a evolução destas é perceptivelmente maior.

Em suma, os resultados mostram que, em média, as mulheres superam os homens nos indicadores educacionais analisados. Entretanto, há considerável desigualdade entre mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas, evidenciando que a cor ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional, mesmo entre as mulheres que mais se beneficiaram da crescente escolarização: a diferença entre homens brancos e mulheres pretas ou pardas que conseguiram completar o ensino superior ainda é superior a 10 pontos percentuais. Independentemente de as mulheres apresentarem os melhores resultados educacionais em média, elas ainda não alcançaram resultados compatíveis com sua qualificação no mercado de trabalho⁷.

As políticas afirmativas têm alterado essa realidade, a exemplo das cotas raciais, cujo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

5 HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Leituras. Editora Cengage Learning. 2003, pag. 77 (apud HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO E OUTRAS HISTÓRIAS. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/MODELOS%20ELIS/EIis%20Pessoal/POS%20PUC/TCC%20PUC/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em 26/07/2022.

6 SAE DIGITAL. A HISTÓRIA DAS MULHERES NA LUTA PELO ACESSO À EDUCAÇÃO. Disponível em: < https://sae.digital/historia-das-mulheres/>. Acesso em 26 de julho de 2022.

7 IBGE. ESTATÍSTICAS DE GÊNERO – INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2022.

demonstrou que cerca de 27% (vinte e sete por cento) dos estudantes das universidades públicas são mulheres negras⁸.

No entanto, a realidade está longe de ser ideal, já que a mulher, e principalmente a mulher negra, não ocupa os melhores cargos e não possui os melhores salários, e a representatividade deste grupo fica comprometida.

É certo que a realidade somente será alterada mediante a adoção de políticas públicas eficientes no sentido de propiciar o mesmo acesso e as mesmas oportunidades a todas as pessoas, mas que por ora nos parece utópico, visto que as minorias e os grupos vulneráveis não encontram representatividade política, em especial a mulher negra, que apesar de em 2020, de acordo com o IBGE, totalizar 25% (vinte e cinco por cento) da população, ocupa apenas 2% (dois por cento) dos cargos eletivos.⁹

Em sua obra *Uma Teoria da Justiça* (1971), o filósofo John Rawls (1921 – 2002) nos apresenta o “véu da ignorância”, no qual propõe a ideia de que somente se poderá alcançar a justiça, se no momento das decisões políticas fundantes de uma sociedade não fosse possível saber a posição original do tomador da decisão, ou seja, se não sabe-se se é rico ou pobre, negro ou branco, homem ou mulher, este adotaria políticas mais justas a todos, caso contrário, poderia ser prejudicado pela própria decisão.¹⁰

De acordo com Denis Coutinho Silveira:

(...) a posição original funciona como um procedimento deontológico que estabelece os pressupostos filosóficos para a escolha de princípios, sendo estes pressupostos considerados com uma situação inicial de igualdade entre as partes, que escolhem princípios sem poderem recorrer ao conhecimento das situações contingentes, isto é, estando sob o véu da ignorância.¹¹

Como, infelizmente, a ideia de John Rawls é meramente hipotética, a justiça somente poderá ser alcançada mediante representatividade, ou seja, mais mulheres negras na política e em cargos que possibilite que influenciem de maneira positiva este cenário, para que olhem e lutem pela efetividade dos direitos para seu próprio grupo, objetivando uma vida mais digna e evitando as mazelas sociais vividas por seus pares, que, por vezes, culmina em depressão e suicídio.

3 | INTERSECCIONALIDADE

Entre as décadas de 1970 e 1980, surgiu nos Estados Unidos da América e no

8 UOL. LEVANTAMENTO MOSTRA QUE MULHERES NEGRAS SÃO A MAIORIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Disponível em: < https://cultura.uol.com.br/noticias/35440_levantamento-mostra-que-mulheres-negras-sao-maioria-nas-universidades-publicas-brasileiras.html. Acesso em 26 de julho de 2022.

9 IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

10 WILKINSON, Will. QUEM FOI JOHN RAWLS: AUTOR DE UMA TEORIA DA JUSTIÇA. Disponível em: <<https://ideiasradicais.com.br/john-rawls/>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

11 SILVEIRA, Denis Coutinho. POSIÇÃO ORIGINAL E O EQUILÍBRIO REFLEXIVO DE JOHN RAWLS: O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO (apud OLIVEIRA, Edezo Muniz de. A POSIÇÃO ORIGINAL DE JOHN RAWLS. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-145/a-posicao-original-de-john-rawls/>>. Acesso em 03 de agosto de 2022).

Reino Unido o movimento denominado Black Feminism (feminismo negro), que defende que o feminismo exercitado pelas mulheres brancas não se preocupa em atender às necessidades das mulheres negras, porque elas vivem em outra realidade, não vivenciada pelas primeiras.¹²

O termo interseccionalidade nasceu no ano de 1989, dos estudos da professora estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, realizado em abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica nos Estados Unidos da América.

A pesquisa de Crenshaw permitiu o desenvolvimento de uma teoria crítica que relaciona aspectos raciais, sociais e de gênero, de forma a estabelecer diferentes dimensões de opressão.

Onde os sistemas de raça, gênero e dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não-brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências das mulheres que não compartilham a mesma classe ou raça de fundo serão de ajuda limitada para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes.¹³

A análise da situação de diversas mulheres vítimas de violência de gênero possibilitou que a autora concluísse que as consequências do patriarcado nessas mulheres se apresentam de maneira distinta do que ocorre com as mulheres brancas, assim como a condição social é um fator que também influencia na forma como essas opressões se manifestam.

Os estudos de Kimberlé Crenshaw tiveram notoriedade entre os intelectuais em meados do ano de 2001, quando ganharam outras dimensões, analisando não apenas as vertentes da raça, do gênero e da condição social, mas ainda é um termo majoritariamente relacionado ao feminismo negro.

Para Carla Akotirene, Interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado”¹⁴, e este conceito nos traz a noção de que, na medida em que as características de vulnerabilidade se somam para marginalizar a mulher negra, ela não encontra representatividade entre as mulheres brancas e nem entre os homens negros, sendo que inclusive entre as próprias mulheres negras a discriminação sofrida se estabelece diferentemente dependendo da classe social, quanto mais pobre, menor a dignidade com que se vive.

4 | AS OPRESSÕES SOFRIDAS PELA MULHER NEGRA

São diversas as mazelas suportadas pela mulher negra, das quais a baixa

12 IGNACIO, Julia. O QUE É INTERSECCIONALIDADE. Disponível em: <<<https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>>>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

13 CRENSHAW, Kimberlé Williams. MAPEANDO MARGENS: INTERSECCIONALIDADE, POLÍTICAS DE IDENTIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NÃO-BRANCAS”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

14 AKOTIRENE, Carla. INTERSECCIONALIDADE. Feminismos Plurais. São Paulo. 2019. Livro Digital, pag. 15. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)> Acesso em 09 de agosto de 2022.

escolaridade destaca-se, visto que culmina em desemprego, pobreza e dependência econômica do cônjuge ou companheiro.

A pobreza ainda afeta a autoestima da mulher negra, que não sente-se segura de si e essa falta de confiança reflete nas suas relações e no seu entendimento de qual o seu lugar no mundo, sendo que por vezes, ela não se acha merecedora de uma situação melhor.

A baixa autoestima geralmente está relacionada a falta de cuidados na infância, pois os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento do amor próprio, e a criança que tem a consciência de ser amada, de ser importante, possui melhores resultados educacionais e torna-se um adulto melhor realizado.

As pesquisas sobre a autoimagem e o desempenho escolar mostram a forte relação entre a autoestima e a capacidade de aprender. A elevada autoestima estimula a aprendizagem. O aluno que goza de elevada autoestima aprende com mais alegria e facilidade. Enfrenta as novas tarefas de aprendizagem com confiança e entusiasmo. Seu desempenho tende a ser um sucesso, pois a reflexão e o sentimento precedem a ação, demonstrando “firmeza” e expectativas positivas, diferente de um que se sente incompetente, fracassado. O desempenho bem-sucedido reforça seus bons sentimentos. A cada sucesso alcançado, ele se considera mais competente. Sua capacidade de enfrentar desafios é maior e mais saudável psicologicamente do que daquele que tem uma visão negativa de si, pois se acha um derrotado e teme situações que possam expor seus pensamentos e sentimentos.¹⁵

Por sua vez, a dependência econômica do cônjuge ou companheiro é um dos fatores que podem influenciar em situações de violência doméstica, cujos pilares de sustentação da mulher derrubados pelo agressor são: autoestima, independência financeira, relações familiares e relações de amizade.

Assim, se a mulher possui baixa autoestima e não possui condições de se sustentar por meios próprios, além de não encontrar apoio em suas relações fora da unidade familiar, ela torna-se totalmente dependente do cônjuge ou companheiro, o que dificulta a libertação de situação de violência.

Indicadores demonstram que a maioria das vítimas de violência doméstica, incluindo o feminicídio, são mulheres negras. Durante a pandemia de Coronavírus (COVID-19), apurou-se que a cada 8m (oito minutos) uma mulher sofre violência, e mais da metade é representada por mulheres negras.¹⁶

Em reportagem à revista da Câmara dos Deputados, a deputada Tereza Nelma (PSDB-AL) divulgou que esse tipo de violência atinge 52% (cinquenta e dois por cento) das

15 KEITE, Guilherme. O ESTUDO DA AFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em: <<https://monografias.brasile scola.uol.com.br/pedagogia/o-estudo-afetividade-na-formacao-autoestima-crianca-na-educacao-infantil.htm#:~:text=As%20pesquisas%20sobre%20a%20autoimagem,aprendizagem%20com%20confian%C3%A7a%20e%20entusiasmo>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

16 MAGNATTO, Sílvia. MULHERES NEGRAS SÃO MAIORIA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO E AS QUE MAIS SOFREM COM DESIGUALDADE SOCIAL. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

mulheres negras, 40% (quarenta por cento) das pardas, contra 30% (trinta por cento) de mulheres brancas. Na mesma edição, o Instituto Maria da Penha informou que no de 2020, 52% (cinquenta e dois por cento) das vítimas de estupro e 51% (cinquenta e um por cento) das vítimas de lesão corporal também são negras.¹⁷

O percentual de homicídios contra as mulheres negras é ainda maior, cerca de 75% (setenta e cinco por cento), e é importante salientar que os dados alarmantes são coletados com base em registros que revelam a raça das vítimas, contudo, vários estados não divulgam tal informação, e a problemática cresce na constatação de que “as mulheres negras têm mais dificuldade em denunciar crimes e acessar os serviços públicos de proteção na pandemia”.¹⁸

Outro indicador assustador é o de que mais a metade dos lares chefiados por mulheres negras vive abaixo da linha da pobreza, o que segundo o IBGE, significa renda familiar de até R\$420,00 (quatrocentos e vinte reais) mensais.¹⁹ A Síntese dos Indicadores Sociais de 2019 revelou que naquele ano, 63% (sessenta e três por cento) dos lares em que a mulher negra é a única responsável pela renda familiar, vive em condições de precariedade.²⁰

Viver abaixo da linha da pobreza afeta o acesso aos direitos fundamentais do indivíduo, e os descritos no artigo 6º da CRFB/88, em especial no que se refere à alimentação, saúde, moradia, educação e segurança, fazendo com que o acesso seja mínimo ou nulo. Nessa esteira, as crianças criadas nessas condições perpetuam a miserabilidade das famílias negras, como em um círculo vicioso.

Pelo exposto, é notório o calvário enfrentado pela mulher negra, que não encontra amparo no Estado e na sociedade, causando nesta uma solidão insuportável, que afeta diretamente sua saúde mental e que, em inúmeros casos acarreta depressão e suicídio.

5 | A SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Assim, cuidar da saúde não compreende apenas cuidar do corpo físico, mas também dos sofrimentos psicológicos e emocionais.

17 ALESSANDRA, Karla. DEBATEDORES DIZEM QUE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É AGRAVADA PELO RACISMO ESTRUTURAL. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/828714-debatedores-dizem-que-violencia-contra-a-mulher-e-agravada-pelo-racismo-estrutural/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

18 CAESAR, Gabriela, GRANDIN, Felipe, REIS, Thiago e VELASCO, Clara. MULHERES NEGRAS SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS; JÁ AS BRANCAS COMPOEM QUASE METADE DOS CASOS DE ESÃO CORPORAL E ESTUPRO. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

19 PAIVA, Vitor. 63% POR CENTO DOS LARES CHEFIADOS POR MULHERES NEGRAS ESTÁ ABAIXO DA LINHA DA POBREZA. Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2020/01/63-dos-lares-chefiados-por-mulheres-negras-esta-abaxio-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

20 SINTESE DE INDICADORES SOCIAIS. UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA. 2019. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

Por sua vez, a saúde mental é definida pela OMS como “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade.”²¹

Como anteriormente analisado, a mulher negra sofre de diversas mazelas, principalmente em relação aos problemas sociais por ela enfrentados, o que afeta diretamente a sua saúde mental, impossibilitando que tenha um bem-estar físico, psicológico ou emocional, e muito menos que contribua para o crescimento de seus filhos e de seus pares.

No ano de 2015, a cúpula das Nações Unidas se reuniu e estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecido como Agenda 30, que totaliza uma meta de dezessete objetivos a serem alcançados até o ano de 2030, estando a saúde e o bem-estar estabelecidos no terceiro ODS, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”.

É certo, então, que a saúde e o bem estar de todas as pessoas é de extrema importância e propósito da ONU, contudo, o Brasil não previu ações no âmbito da saúde mental, atentando-se aos cuidados e prevenção de riscos físicos causados por doenças, acidentes e vícios, mas nada aborda sobre as doenças emocionais, como depressão, ansiedade, estresse, ou acerca de prevenção ao suicídio.²²

Estudos comprovam que o sofrimento pode acarretar depressão e ansiedade, e esta análise é mais que sociológica, pois leva em consideração a reação do cérebro humano quando exposto a situações estressantes, humilhações e provações.

Para o neurocirurgião Fernando Gomes:

São muitas as informações que acabam impactando o cérebro humano, principalmente a parte emocional – o chamado sistema límbico -, e com isso a autoestima fica abalada e as vias de fuga naturais acabam sendo a manifestação de uma doença como a depressão e ansiedade.²³

Outro fator que dá ao sofrimento uma consequência tão perturbadora, é que o cérebro humano possui o poder de assimilar com mais intensidade os acontecimentos negativos do que os positivos²⁴.

Os estudos demonstram que a depressão é um dos efeitos do sofrimento no cérebro humano, e apesar da constatação de que a mulher negra sofre mais feminicídio, racismo e efeitos da pobreza, poucos são os dados concretos acerca das consequências desse sofrimento, ou seja, há poucos estudos sobre depressão e suicídio nessa parcela da

21 GAINO, Loraine Vivian. O CONCEITO DE SAÚDE MENTAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM ESTADO TRANSVERSAL E QUALIFICATIVO. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007. Acesso em 09 de setembro de 2022.

22 NAÇÕES UNIDAS BRASIL. OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

23 LANZA, Fernanda. ENTENDA COMO O CÉREBRO REAGE A SITUAÇÕES DE REJEIÇÃO E PERSEGUIÇÃO. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-como-o-cerebro-reage-a-situacoes-de-rejeicao-e-perseguiacao/>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

24 HANSON, Rick. A NEUROCIÊNCIA DO SOFRIMENTO. Disponível em <https://cienciacontemplativa.org/2021/07/18/a-neurociencia-do-sofrimento/>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

população, assim como pouco se vê no campo das políticas públicas para remediar o problema.

As estatísticas demonstram que o índice de suicídio de negros é superior aos brancos, principalmente em decorrência do racismo em todas as suas formas, e ainda que mais de 70% (setenta por cento) dos suicidas seja homens, somente no ano de 2019 computou-se que dentre a parcela relativa ao público feminino, o suicido de jovens negras foi 36% (trinta e seis por cento) maior do que em jovens brancas.²⁵

Neste contexto, nota-se uma falha imperdoável do poder público no sentido de detectar e resolver os problemas relacionados à saúde mental da mulher negra.

6 | O EMPODERAMENTO COMO PREVENÇÃO DA DEPRESSÃO E DO SUICÍDIO DAS MULHERES NEGRAS

As opressões sofridas pela mulher negra são várias, e repercutem em diversos aspectos de sua vida, como trabalho, estabilidade financeira, educação, relacionamentos interpessoais, saúde e saúde mental e, nessa seara, há de se ressaltar a importância das políticas públicas, visto que as ações voltadas para dirimir os problemas por ela enfrentados impactarão positivamente em suas vidas, na medida em que terão acesso aos direitos fundamentais a que são carentes, principalmente os direitos sociais.

Investir em políticas que visem proteger a mulher negra e dar a ela oportunidades, é uma forma de empoderar essa população e abrir espaço para que as novas gerações tenham maior consciência de si e usufruam dos direitos inerentes a todas as pessoas.

O empoderamento, portanto, não deve ser visto como uma ação abstrata que parta de uma vontade da mulher e que ela externaliza para o mundo, mas deve ser compreendido como um dever do Estado em assegurar dignidade a essa mulher, assim como também é dever da comunidade em que ela está inserida zelar por sua proteção.

Como bem expõe Joice Berth:

Ora, se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes.²⁶

Como abordado no capítulo anterior, são poucos os dados disponíveis acerca de taxas de depressão e suicídio entre mulheres negras, e os poucos existentes não apresentam elementos que relacionem causas e conseqüências, tampouco que busquem

25 MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. PARCERIA PARA REDUZIR ÍNDICE DE SUICÍDIO NA POPULAÇÃO NEGRA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/setembro/parceria-para-reduzir-indice-de-suicidio-na-populacao-negra>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

26 BERTH, Joice. EMPODERAMENTO. FEMINISMS PLURAIS. EBOOK. Página 36. Disponível em: <https://www2.uni-fap.br/neab/files/2021/01/Empoderamento-Feminismos-Plurais-Joice-Berth.pdf>> Acesso em 13 de setembro de 2022.

soluções para o problema, o que nos leva a refletir se há interesse nesse espécie de estudo e concretamente, se há interesse em mostrar alternativas para melhorar as condições de vida das mulheres negras.

Empoderar a população feminina negra é dar a estas mulheres condições para serem concretamente sujeitos de direitos humanos, investindo em educação, saúde, oportunidades de trabalho, e empoderar também é proteger sua integridade física, possibilitar que se sintam importantes.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objeto a análise das diversas formas de sofrimento de que são vítimas as mulheres negras, desde a falta de acesso aos direitos mais básicos, até a exposição à violência física e sexual, com o objetivo de estabelecer quais os impactos desse sofrimento na saúde mental e se há relação entre depressão e suicídio desse público.

Foram analisadas obras e estudos sobre interseccionalidade, além de dados estatísticos relacionados à escolaridade, saúde, renda e violência, concluindo-se que, em que se pese a educação tardia da população negra, a mulher afrodescendente vem conquistando cada vez mais espaço nos bancos universitários, contudo, ainda é o grupo menor remunerado, e que mais sofre violência, além de ter a menor representação política, o que culmina com que receba menor investimento em políticas públicas.

Apesar de haver diversos dados sobre aspectos distintos de sofrimento das mulheres negras, pouco se aborda em relação à sua saúde mental, há poucos dados sobre índices de depressão e suicídios relacionados a este grupo, carecendo de estudos de verificação das causas e conseqüências, tampouco que auxiliem na proposta de soluções para a problemática.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **INTERSECCIONALIDADE**. Feminismos Plurais. São Paulo. 2019. Livro Digital, pag. 15. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359) Acesso em 09 de agosto de 2022.

ALESSANDRA, Karla. **DEBATEDORES DIZEM QUE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É AGRAVADA PELO RACISMO ESTRUTURAL**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/828714-debatedores-dizem-que-violencia-contra-a-mulher-e-agravada-pelo-racismo-estrutural/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

ARISTÓTELES. **ÉTICA A NICÔMACO**. 4ª Edição. Editora Universidade de Brasília, 2001, pag. 92 (apud MAÇALAI, Gabriel e STRUCKER, Bianca. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ARISTOTÉLICO E OS SEUS DEBATES ATUAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpc/article/view/1258#:~:text=Resumo%3A%20Arist%C3%B3teles%20afirmou%20que%20a,liga%20a%20desigualdade%20a%20certas>.

BERTH, Joice. **EMPODERAMENTO. FEMINISMOS PLURAIS.** EBOOK. Página 36. Disponível em: <https://www2.unifap.br/neab/files/2021/01/Empoderamento-Feminismos-Plurais-Joice-Berth.pdf>
Acesso em 13 de setembro de 2022.

CREENSHAW, Kimberlé Williams. **MAPEANDO MARGENS: INTERSECCIONALIDADE, POLÍTICAS DE IDENTIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NÃO-BRANCAS**". Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

CAESAR, Gabriela, GRANDIN, Felipe, REIS, Thiago e VELASCO, Clara. **MULHERES NEGRAS SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS; JÁ AS BRANCAS COMPOEM QUASE METADE DOS CASOS DE ESÃO CORPORAL E ESTUPRO.** Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

ENRICONI, Loise. **O QUE SÃO MINORIAS?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>. Acesso em 26 de julho de 2022.

GAINO, Loraine Vivian. **O CONCEITO DE SAÚDE MENTAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM ESTADO TRANSVERSAL E QUALIFICATIVO.** Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200007. Acesso em 09 de setembro de 2022.

HANSON, Rick. **A NEUROCIÊNCIA DO SOFRIMENTO.** Disponível em <https://cienciacontemplativa.org/2021/07/18/a-neurociencia-do-sofrimento/>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:** Leituras. Editora Cengage Learning. 2003, pag. 77 (apud HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO E OUTRAS HISTÓRIAS. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/MODELOS%20ELIS/Elis%20Pessoal/POS%20PUC/TCC%20PUC/historia_educacao_negro.pdf. Acesso em 26/07/2022.

IGNACIO, Julia. **O QUE É INTERSECCIONALIDADE.** Disponível em: <<<https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>>. Acesso em 09 de agosto de 2022.

KEITE, Guilherme. **O ESTUDO DA AFETIVIDADE NA FORMAÇÃO DA AUTOESTIMA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-estudo-afetividade-na-formacao-autoestima-crianca-na-educacao-infantil.htm#:~:text=As%20pesquisas%20sobre%20a%20autoimagem,aprendizagem%20com%20confian%C3%A7a%20e%20entusiasmo>>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

KOLBERT, Elizabeth. **O QUE É A RAÇA. AO CERTO?** NATIONAL GEOGRAPHIC PORTUGAL. Disponível em: < <https://nationalgeographic.pt/ciencia/grandes-reportagens/1793-o-que-e-a-raca-ao-certo>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

LANZA, Fernanda. **ENTENDA COMO O CÉREBRO REAGE A SITUAÇÕES DE REJEIÇÃO E PERSEGUIÇÃO.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/entenda-como-o-cerebro-reage-a-situacoes-de-rejeicao-e-perseguiacao/>. Acesso em 09 de setembro de 2022.

MAGNATTO, Silvia. **MULHERES NEGRAS SÃO MAIORIA DAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO E AS QUE MAIS SOFREM COM DESIGUALDADE SOCIAL.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

PAIVA, Vitor. **63% POR CENTO DOS LARES CHEFIADOS POR MULHERES NEGRAS ESTÁ ABAIXO DA LINHA DA POBREZA.** Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2020/01/63-dos-lares-chefiados-por-mulheres-negras-esta-abaixo-da-linha-da-pobreza/>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

SILVEIRA, Denis Coutinho. **POSIÇÃO ORIGINAL E O EQUILÍBRIO REFLEXIVO DE JOHN RAWLS: O PROBLEMA DA JUSTIFICAÇÃO** (apud OLIVEIRA, Edezio Muniz de. A POSIÇÃO ORIGINAL DE JOHN RAWLS. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-145/a-posicao-original-de-john-rawls/>>. Acesso em 03 de agosto de 2022).

TAVARES, Tiffany. **GRUPO VULNERÁVEL: SAIBA MAIS SOBRE O ASSUNTO.** Disponível em <https://al.se.leg.br/grupo-vulneravel-saiba-mais-sobre-o-assunto>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

A

Adolescência 31, 60, 62, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 108

Ambientes de trabalho 138, 152

Assistência domiciliar 95, 96, 97, 99

Assistência médica 96, 103

C

Consolidação das Leis Trabalhistas 138

Consumo abusivo 71

Cuidado em saúde 20, 67, 81, 91, 107

D

Dependência 52, 73, 75, 97, 98, 116

Depressão 14, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 109, 132

Distúrbios mentais 24, 25

Doença de Alzheimer 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135

Doenças neurodegenerativas 122, 123, 126, 128, 131, 132, 133

E

Efeitos adversos 114, 115, 116, 117, 118, 119

Ergonomia 137, 138, 140, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159

F

Fenômeno social 33, 83

G

Grupos vulneráveis 41, 45, 46, 47, 48, 50

H

Hábitos alimentares 122, 123

I

Indivíduos 3, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 47, 48, 55, 60, 72, 109, 110, 111, 123, 125, 126, 128, 129, 130

Internações domiciliares 96

M

Mulheres negras 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 79, 84

P

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra 77, 78, 79, 80, 81, 84, 91, 93

Políticas públicas 2, 7, 9, 13, 43, 45, 48, 50, 55, 56, 59, 68, 72, 75, 83, 86, 90, 94

Processo de morrer 106, 107, 109, 111, 112

R

Racismo institucional 9, 78, 80, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 94

Rede de atenção às urgências 61, 68

S

Saúde do trabalhador 137

Saúde pública 2, 9, 28, 29, 33, 43, 69, 71, 72, 77, 160

Setor de beleza 138

Sistema produtivo 138

Sistema Único de Saúde 4, 6, 14, 68, 78, 160

Situação de violência 5, 15, 34, 52, 61, 68

Situações de trabalho 152, 153

Substâncias psicoativas 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76

T

Tecnologias em saúde 78, 92

Terapêutica 108, 113, 114, 118

Terminalidade 106, 107, 109, 111

Territorialidade 2, 3

Territorialização em saúde 1, 2, 3, 4, 15, 19

Território 2, 3, 4, 8, 9, 10, 16, 19, 43

Transtorno depressivo maior 21, 22, 23, 28, 29, 31

V

Violência de gênero 45, 46, 51

Violência interpessoal psicológica 34

Violência psicológica 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SAÚDE:

Impasses e desafios enfrentados
no Brasil 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2023